DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-307/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/5479/2014
PROTOCOLO	:	1509440
ÓRGÃO	:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E HABITAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	JOAO ANTONIO DE MARCO
CARGO DO ORDENADOR	:	SECRETARIO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	NOTA DE EMPENHO Nº 278/2010
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	:	IMPORCATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE Nº 017/2010
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MÁQUINAS DA LINHA CATERPILLAR
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 50.000,00

EMENTA

SUBSTITUTIVO CONTRATUAL – 1ª, 2ª E 3ª FASES – NOTA DE EMPENHO – LICITAÇÃO - CONVITE – AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MÁQUINAS CATERPILLAR - INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO - EXECUÇÃO FINANCEIRA CORRETA - ATOS LEGAIS E REGULARES - QUITAÇÃO.

Versam os presentes autos sobre o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 017/2010 e a formalização do Substitutivo Contratual representado pela Nota de Empenho nº 278/2010 e sua execução financeira (peça 14).

A contratação é precedida de procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 017/2010, ao qual se encontra vinculado.

O objeto da contratação é a aquisição de peças de reposição para máquinas da linha caterpillar, conforme detalhamento contido no referido documento (peça 14).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme consignado na Nota de Empenho (peça 17).

O prazo estabelecido contempla o período de 30 (trinta) dias, conforme consignado no instrumento (peça 5).

A análise recai sobre o procedimento licitatório, a formalização contratual e respectiva execução financeira, tendo em vista o transcurso do tempo e a execução material do objeto, conforme faculta o art. 121, IV, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Os atos praticados no curso dos procedimentos relativos às primeira, segunda e terceira fases foram apreciados e reputados legais e regulares, conforme atesta a Análise Conclusiva ANA-2ª ICE – 10119/2014 (peça 17 – fls. 1/5).

Na mesma linha, o douto Ministério Público de Contas exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB.7 DR JAC-19368/2014 (peça 18 - fl. 1), opinando pela regularidade e legalidade da prestação de contas.

É o relatório, no essencial.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

A contratação ora em apreciação foi precedida de regular procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 017/2010, tendo sido formalizado o substituto contratual mediante a emissão da Nota de Empenho nº 278/2010, cujos atos atendem às exigências legais pertinentes à espécie.

O objeto da contratação é a aquisição de peças de reposição para máquinas da linha caterpillr, conforme detalhamento contido no referido documento (peça 14).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme consignado na Nota de Empenho (peça 17).

O prazo estabelecido contempla o período de 30 (trinta) dias, conforme consignado no instrumento (peça 5).

De outro lado, a prestação de contas da execução financeira se encontra devidamente

demonstrada evidenciando que os atos de gestão levados a efeito e apreciados nesta terceira fase se mostram escorreitos, conforme atesta o Corpo Técnico, consoante a seguinte movimentação financeira (peça 17 - fl. 4):

Nota de Empenho	R$ 50.000,00
Comprovantes Fiscais	R$ 50.000,00
Pagamentos comprovados	R$ 50.000,00

Fundado nesses elementos o Corpo Técnico opina pela aprovação da presente prestação de contas, nos seguintes termos (peça 17 - fl. 4), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Convite nº 17/2010**, da formalização da **Nota de Empenho nº 278/2010** emitida pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte de Campo Grande** (CNPJ nº 03.501.509/0001-06) em favor de **Imporcate Comércio de Peças para Tratores Ltda** (CNPJ nº 00.885.566/0001-48) nos termos do inciso II do art. 59 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012 e da alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno do TC/MS, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, **ressalvando** o não encaminhamento da documentação a este Tribunal de Contas no prazo estabelecido, conforme item 4, desta análise.

Adotando a mesma linha de entendimento o douto Ministério Público de Contas oferece o seu r. Parecer pela regularidade e legalidade dos atos praticados no curso das 1ª, 2ª e 3ª fases, mediante a seguinte dicção (peça 18 - fl. 1), *verbis*:

> Pelo que dos autos constam e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no artigo 11, III, da Lei Complementar Estadual n. 148/2010, conclui:
>
> I - pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização do Contrato Administrativo em apreço, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 combinado com o artigo 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;
>
> II - recomendar ao titular do órgão, que observe com maior rigor o

envio da documentação comprobatório a legislação, com fulcro no artigo 77, incisos VIII, § 3º da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul.

Acolho os apontamentos formulados pelo Corpo Técnico e ratificados no r. Parecer do Ministério Público de Contas, porquanto, de fato, os atos praticados no curso do procedimento licitatório, da formalização do substituto contratual e respectiva execução financeira em apreciação foram realizados dentro dos aspectos normais e regulares, cujo objeto foi regularmente cumprido, a execução financeira correta e adimplida a obrigação financeira correspondente, razão pela qual a presente prestação de contas se encontra apta a merecer a aprovação.

Quanto a recomendação proposta entendo prescindível em razão da ineficácia decorrente do longo transcurso do prazo, além do que, nenhum prejuízo trouxe à regular tramitação do feito.

Por todo o exposto, e, acolhendo o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico, e, em parte, o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 10, § 3º, inciso V, c/c o art. 70, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade Convite nº 017/2010 e a formalização do Substitutivo Contratual representado pela Nota de Empenho nº 278/2010 e sua execução financeira (peça 14) emitida pelo Município de Campo Grande/MS, CNPJ/MF nº 03.501.509/0001-06, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação - SEINTRHA, por seu Titular, Senhor João Antônio de Marco, CPF/MF nº 200.380.469-20, como emitente, e, de outro lado, a Empresa Imporcate Comércio de Peças para Tratores Ltda., CNPJ/MF nº 00.885.566/0001-48, por seu Representante, como favorecida, uma vez que regularmente processados em conformidade com as disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela regularidade e legalidade da execução financeira do Substitutivo Contratual representado pela Nota de Empenho nº 278/2010, em face do cumprimento do seu objeto e exatidão dos seus valores e regular adimplemento das obrigações, nos termos

do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pela quitação ao Ordenador de Despesas, Senhor João Antônio de Marco, CPF/MF nº 200.380.469-20, para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4 - É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 10 de fevereiro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator